

**Desmemórias coloniais: o passado ficou para trás ou é apenas um alheamento conveniente? Uma análise do conto “Crônica da Escravatura Ou... Os nossos avós estavam lá. De um lado e do outro”, de Dina Salústio.**

Katria Gabrieli Fagundes Galassi<sup>1</sup>

**Resumo:** Neste artigo pretende-se compreender como as memórias deixadas pelo colonialismo agem nas personagens do conto “Crônica da escravatura Ou... os nossos avós estavam lá. De um lado ou de outro”, de Dina Salústio num diálogo pensado em consonância com o texto de Patricia Lino em formato de Literatura-Kit em “O Kit de Sobrevivência do Descobridor Português no Mundo Anticolonial”. Para construir o diálogo, Susan Sontag, Achille Mbembe, Maurice Halbwachs, Paul Ricouer e Toni Morrison emprestam parte de suas teorias para a tentativa de compreensão de que forma o mundo anticolonial realmente se sobrepõe ao colonialismo, na prática. A ironia da autora portuguesa aos insistentes resquícios de colonialidade que ela observa em parte dos portugueses entra em consonância com a denúncia da situação ainda atual em que a população ex-colonizada cabo-verdiana vive e da qual Dina Salústio trata nesse seu texto. Uma pequena inserção de Gonçalo M. Tavares com seus verbetes, ajudará pensar como eram – e ainda são? – vistos os povos colonizados.

**Palavras-chave:** anticolonialismo; memória coletiva; colonização cabo-verdiana.

Patrão, eu nada sei... Bem vês  
que nada me ensinaram,  
só a odiar e obedecer...  
Só a obedecer e odiar, sim!  
Mas quando eu falo, patrão, tu ris!  
E ri-se também aquele senhor  
patrão Manoel Soares do Rádio Clube...  
Eu não percebo o teu português,  
patrão, mas sei o meu landim,  
que é uma língua tão bela  
e tão digna como a tua, patrão...  
No meu coração não há outra melhor,  
tão suave e tão meiga como ela!  
Então porque te ris de mim?  
(Noémia de Sousa)

Na epígrafe foi utilizado um trecho do poema *Patrão* escrito por Noémia de Sousa<sup>2</sup> onde ela questiona ao “Patrão” – na figura do colono português – suas atitudes de rebaixamento do

<sup>1</sup> Doutoranda em Letras Vernáculas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Mestre em Estudos Comparados pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. E-mail: katria.f.galassi@gmail.com.

<sup>2</sup> Escritora moçambicana que viveu entre 1926 e 2002; o poema foi retirado da obra *Sangue Negro* que reúne vários de seus poemas e textos nos quais ela fazia intensas reflexões sobre as condições em que viveram seus irmãos, antes de sua própria existência e os que viveram concomitante a ela.

negro. Fala também da questão linguística na qual a língua do colonizador era imposta à força aos residentes e verdadeiros proprietários das terras dominadas, sem que eles pudessem argumentar ou mesmo falar entre eles sua língua mãe – nesse poema a escritora cita o landim, uma das milhares de línguas originadas do Bantu – e o deboche do patrão quando ouve o criado que não sabe falar bem a língua portuguesa. Discute ao longo de todo poema o porquê de tamanha subjugação e humilhação a um povo que só fez servir e contribuir para o bem-estar dos portugueses, mesmo que estes estivessem usurpando território negro. Descreve, ao longo de todo poema, que todas as benesses eram feitas por mãos negras, calejadas, para que o “Patrão” tivesse seu conforto e sua riqueza garantidos. Relata as dores sofridas e tudo que foi arrancado do povo relegado aos maus tratos, com sangue escorrendo ao chão. A dureza das palavras reflete a verdadeira história que se passou, pelas palavras de quem viveu ou descende de quem viveu.

A história aos poucos vai sendo esclarecida. Intrigante pensar que, após tanto tempo do colonialismo português nos países africanos, há ainda quem não pense nas terríveis consequências para os povos da África e aqueles da diáspora. Há piores: os que sabem bem da história real e acreditam que os benefícios da colonização conseguem abrandar os traumas de toda uma população, com séculos de silenciamento e abandono. Patrícia Lino, escritora portuguesa, de uma forma muito peculiar ironiza as fragilidades insistentes de alguns portugueses mais conservadores em seu livro de literatura-kit<sup>3</sup>, *O Kit de Sobrevivência do Descobridor Português no Mundo Anticolonial*. A ironia ácida de Lino já começa no título da obra. Ela entende que, para aqueles que ainda não superaram as perdas coloniais, há soluções simples e fáceis, como pequenas fórmulas de consolo. A cada pequeno consolo, Lino traz o nome, o desenho que o representa, a definição, o modo de usar e a idade a partir da qual se pode usar os itens, de forma genial. Um bom verbete para demonstrar como ela constrói texto é sobre a definição do *Cocas Paradoxal*, um jogo infantil feito de papel dobrado, onde a pessoa fala um número e quem está com o *cocas* abre a fecha os dedos até chegar ao número desejado pelo primeiro. Então, abre-se o papel no número desejado e lê-se o que está escrito na cor ou número desejado. Lino propõe dez paradoxos e dentre eles, tem-se:

---

<sup>3</sup>José Luiz Passos, crítico e romancista, fala sobre o significado de literatura-kit no posfácio da obra de Patricia Lino. Ele diz: “Entenda-se literatura-kit como uma de uso prático; sintética e útil como são, por exemplo, os Band-Aids. O objeto se desfaz ao contato do conceito, assim como se faz e defaz ao contato do conceito, assim como se faz e desfaz uma atadura, que deixa de ser gaze ou pano e passa a ser, interinamente, porção da pele. Removê-la dói. E este é o gesto da autora, que nos arranca a risadas os curativos da alma saturada de nostalgias coloniais. (PASSOS in LINO, 2020, p. 197)

- 1 – “Sou português e nacionalista. Tenho muito orgulho do meu país e da nossa História. Em que República estamos?”
- 2 – “É um facto: o homicida proferiu vários comentários racistas antes de assassinar o indivíduo, que era negro, mas parece-me extremista dizer que isto se trata de um crime racista.”
- 3 – “A concepção colonial portuguesa do mundo pertence ao nosso grandioso passado.”
- [...]
- 6 – “A exploração colonial portuguesa, antiga e tardia, era harmoniosa e agradável, apesar de todo sistema assentar na disposição e divisão hierárquica e legalmente prescrita das três raças: portugueses, indígenas e negros” (LINO, 2020, p. 29).

Lino fala do orgulho da História, com letra maiúscula, já pressupondo uma única versão de história, a dos portugueses. A esses mesmos portugueses, que consideram a sua a única versão da história, há a certeza de que os atos cometidos contra negros não foram de cunho racista nesse grandioso passado colonial. Além disso, a colonização portuguesa trouxe benefícios aos povos africanos, já que estes foram dominados “de forma harmoniosa, com tanta solidariedade” – isso colocado em tom irônico, que fique claro. É com grande inteligência que Lino articula as ideias imbricadas no ideário de parte da população portuguesa aos fatos reais. E aqui encontra-se o gancho para o conto de Dina Salústio. Assim como os colonizadores se esqueceram das atrocidades causadas pela exploração dos povos africanos, também aos jovens desses países foi negada a memória trágica. A desmemória, uma “forma ardilosa de esquecimento, resultante do desapossamento dos atores sociais de seu poder originário de narrarem a si mesmos” (RICOEUR, 2007, p. 455), é uma consequência imediata do período pós-colonial. Isso vale especialmente aos jovens que vieram depois desse período oficial da história que, como afirma Ricoeur, é onde encontra-se o maior perigo: no manejo dessa história autorizada e celebrada, pois aí se vê engessada a única versão da história. Salústio trata dessa desmemória, lembrando-a, no conto *Crônica da Escravatura Ou... os nossos avós estavam lá. De um lado e do outro*:

(...) lembrei um jovem que, a propósito dos escritores claridosos, dizia há dias numa tertúlia literária que ler sobre a seca, a fome e a escravatura ou o colonialismo e o analfabetismo não atrai porque são assuntos ultrapassados. Ao ouvi-lo a minha alma gritou: ainda bem. Ainda bem que os jovens não ouviram falar, na primeira pessoa, da tragédia que foi a escravatura, a caça e venda de homens e mulheres e ainda bem que não souberam, de viva voz, dos pelourinhos, do desprezo pelos seres na base da raça e da soberania, ou das relações desumanas e da intervenção injusta do colonialismo, do degredo, dos contratados, das fomes e do resto. Nossos avós

estavam lá. De um lado e do outro. E filhos dos nossos avós também (SALÚSTIO, 2018, p. 112-113).

Nota-se o tom da narrativa salustiana como num pesar por essas desmemórias constantes em tempo presente, pois o que se passou não pode ter passado. As marcas ainda são latentes. Toda a construção atual dessas sociedades ex-colonizadas foi estruturada a partir dessas ofensivas dirigidas aos escravizados. Os traumas da incessante inferiorização por parte da elite portuguesa e branca ainda sobrevive nas vidas dos que ficaram nas ilhas cabo-verdianas – bem como nos outros países de colonização portuguesa. O desprezo pela raça que está na base da pirâmide, ou seja, a raça negra, trouxe sempre o tom desumano dessas convivências entre colonizados e colonizadores. Os homens das ilhas, para melhor sustento de si e dos seus, está em constante busca para fora do arquipélago, deixando suas mulheres, todas as mulheres e todos os filhos para trás nessa construção, de certa forma solitária e egoística, de vida. A pobreza ainda afeta a população, mesmo que ela agora tenha recursos concedidos por organizações internacionais para abrandar questões agrícolas. A seca está mais abrandada por meio dos esforços governamentais, pois há outros interessados que haja melhorias – caso contrário, elas não seriam implantadas. Salústio ressalta o lado bom dos jovens das ilhas não lembrarem ou não saberem de tudo que seus avós, “do lado de cá e do lado de lá”, vivenciaram. Possivelmente Dina Salústio trata no texto sobre a mestiçagem dos povos que compuseram o arquipélago, formado por africanos trazidos de várias partes da África e levados a Cabo Verde para a formação de uma nova população, nesse lugar de entreposto colonizatório. São pessoas do “lado de cá e do lado de lá: negros e brancos”. Relembra de que forma isso aconteceu: pela caça de homens e mulheres, como se estes fossem animais, destinados a serem usados e eliminados, quando necessário. A qualquer tentativa de distúrbio para os senhores de terras, a população africana e negra era eliminada, dispensada sem pudores. A desumanização, no sentido de tirar a humanidade, tornar seres inferiorizados em objetos, coisas ou bicho, era a melhor forma de acreditar que não era um atentado à humanidade o que era feito com os escravos, já que eles não eram humanos. Pode-se pensar nessa raça inferior a partir de um verbete de Gonçalo M. Tavares na obra *Breves notas sobre a Ciência*:

Diferenças e semelhanças (1)

Ver as diferenças é um dos métodos. Ver as semelhanças é outro.  
O mosquito que perturba a tua harmonia de som e espaço, quando esmagado,  
pelas tuas mãos rápidas, torna-se silencioso – como as mãos depois da ação.

Após deitares fora o mosquito, a harmonia do som e espaço regressa. Mas não julgues que é definitiva, a harmonia. Sabes bem que não (TAVARES, 2012, p. 16).

Tavares fala nesse verbete sobre tirar de circulação o que atrapalha a harmonia de alguém, esmagando e silenciando. Nesse caso, o mosquito. Mas o que representavam os escravizados para os colonizadores, além de animais? Para os que estavam no poder, qualquer atitude de uma população inferior que pudesse atrapalhar a “harmonia de som e espaço” seria facilmente silenciada, torturada, extinta. Ora, o que são vidas desperdiçadas perto da paz do senhor das terras? E Tavares ainda afirma: essa paz não é eterna, sabe-se disso. E para que houvesse esse controle da paz constante dos colonizadores, surgiu o processo de desumanização de que trata Mbembe em seu livro *Necropolítica*. Diferentes e engenhosas articulações surgiam para impedir que os seres considerados inferiores por algumas raças pudessem – ou quisessem – ascender à posição de privilégio. Mbembe ainda afirma que “a conquista colonial revelou um potencial de violência até então desconhecido” (MBEMBE, 2020, p. 32). Tudo que Dina Salústio narra nesse conto, por meio das narrativas dos que já não mais se encontram em vida, a fome, o degredo, a soberania de raça, aconteceu a partir do colonialismo e continuou ao longo dos séculos posteriores. Foi-se ensinado que havia uma supremacia de raças. Foi-se ensinado que era preciso obedecer. Foi-se ensinado que era preciso calar. Foi-se obrigado a esquecer a versão original dessa história. Toni Morrison traz uma impactante reflexão acerca do racismo e também do sexismo, reforçando o que se sabe amplamente – e que nunca é demais relembrar – que é de extrema importância para os esquecimentos dos mais novos com relação às histórias dos seus mais velhos. Morrison diz:

Como uma pessoa se torna racista, ou sexista? Já que ninguém nasce racista, e tampouco existe qualquer predisposição fetal ao sexismo, aprende-se a Outremização não por meio do discurso ou da instrução, mas pelo exemplo. Devia ser universalmente claro, tanto para quem vendia quanto para quem era vendido, que a escravidão era uma condição desumana, apesar de lucrativa. (MORRISON, 2019, p. 16)

Morrison afirma que as atitudes racistas, bem como qualquer outro tipo de subjugação e preconceito de outros seres humanos, são ensinadas pelo exemplo. Os descendentes dos colonizadores, dos portugueses, por exemplo, mantiveram esse aprendizado de geração em geração. Alguns refutaram tais aprendizados; outros, ainda não. Patrícia Lino tem uma

explicação e também uma solução para isso quando trata do jogo “Colônia”, o substituto do tradicional jogo de tabuleiro “Monopólio”, porém feito para o povo português. Na definição desse item, ela descreve:

#### O que é COLÓNIA

A COLÓNIA é a versão colonial portuguesa do Monopólio. Capaz de destruir as melhores amizades e ser efetivamente a origem de brigas aceras entre participantes, a COLÓNIA continua a ser jogada por milhões de pessoas em Portugal e outros lugares.

O objetivo do jogo consiste em reconstituir o império geográfico, religioso e espiritual português e evitar a perda dos territórios. Ao contrário do Monopólio, não há perdedores.

A COLÓNIA é um jogo de vencedores.

A duração do jogo depende inteiramente do grau de dedicação dos participantes.

#### Como jogar a COLÓNIA

[...]

3. Depois de avançar X territórios e para num território à sua escolha, o jogador deve gritar bem alto:

É MEU!

4. O jogo termina quando todos os territórios estiverem sob o domínio dos participantes.

Para todas as idades a partir dos 5 anos. (LINO, 2020, p. 96-97)

Mais uma vez, Lino afirma a existência de uma população que não superou as perdas territoriais das colônias e insiste em debater sobre isso, acreditando – inconscientemente ou não – ser ainda de sua posse territórios e pessoas. Ela também ironiza quais eram as formas de usurpação de territórios: quem gritava primeiro, ou seja, critério nenhum além da força e imposição. De acordo com as regras descritas por Lino, é possível conquistar mais territórios à medida que se dedica. Na insistência de um princípio de arguição com quem discorda de suas crenças, tarefa árdua e demorada, as pessoas ainda se dispõem a perder seu tempo de dedicação para, por exemplo, convencer outros de que a colonização foi benéfica, ao invés de despirem-se de preconceitos e aprenderem finalmente o outro lado da história. Esses conceitos ou pré-conceitos são aprendidos ou ensinados desde a mais tenra idade, como indica Patrícia Lino quando cita a idade a partir da qual pode-se jogar “Colônia” – 5 anos – e como também afirma

Morrison na citação já referenciada anteriormente. Salústio questiona a atitude do jovem quando do momento da tertúlia literária e também as atitudes de todos os envolvidos nessa grande barbárie da humanidade:

De facto, não são temas apazíveis para a juventude, nem para ninguém. Mas pergunta-se, com toda a fragilidade que a dúvida concede, será que os cataclismos que o jovem apontou estarão assim tão definitivamente afastados? Estaremos, de facto, tão protegidos, ou será que nos levam a não querer pensar nessas tragédias? Ou será por vergonha? Mas vergonha de quê? De ter tido um avô escravo? De ter tido um avô senhor de escravo? De ter tido um familiar que morreu de fome? E porque vergonha se não fomos nós a decidir? Para esse balanço eu não presto contas. Apenas uma dor longínqua que eu chamaria uma dor universal, aquela que nasce com a gente, na gente, enquanto humanos, e nos deixa com o pensamento raso d'água. (SALÚSTIO, 2018, p. 113)

Há um persistente incômodo ao falar de questões escravagistas, especialmente quando da parte de quem tem essa memória e a sentiu na pele. Mas também por parte de quem pertence a linhagem do colonizador e não concorda com a banalização das marcas profundas deixadas em milhões de pessoas. Como afirma Salústio, o tema não é apazível para ninguém, obviamente. Seria muito mais fácil deixar tudo para trás, apagar os vestígios de agonia e afirmar que não é mais necessário falar sobre questões desconfortáveis, pois elas já não existem. Ela questiona se os cataclismos estão, de fato, no passado. Tem-se a impressão de que há quem queira manipular essa informação, apagá-la, por vergonha, por desconforto, por querer forçar uma versão de mundo que não mudou inteiramente. Como afirma Sontag, “as ondas de fome na Índia ou na África não constituíram meros desastres “naturais”; eram evitáveis; foram crimes de enorme magnitude” (SONTAG, 2003, p. 35). Salústio afirma que nesse balanço as novas gerações não prestam contas, já que não foram eles a decidir. O extermínio em massa, consciente e deliberado, foi pensado pelos colonizadores portugueses como crimes apocalípticos contra vidas amarradas pelas correntes dos algozes. Patrícia Lino tem um termo bastante interessante chamado “Cavaqueira” que ela define como “um vinil que reúne alguns dos melhores *hits* do movimento moderno colonial a que alguns portugueses se referem como *cavaquismo*” (LINO, 2020, p. 122). Há algumas passagens presentes nesse vinil que valem a pena ser ressaltadas:

“Os nossos livros escolares seguem os Descobrimientos portugueses em África até Vasco da Gama e depois transferem a sua atenção, compreensivelmente, penso eu, para Colombo e o continente norte-americano. O resto dos Descobrimientos são largamente ignorados.”

“Em nós, Portugueses, o génio da universalidade convive com a virtude da humildade. É frequente glorificarmos o passado, desdenhando o presente. Esquecemo-nos, porém, o que o presente deve ao passado e que o passado, por sua vez, é exatamente isso: um tempo que não regressa.”

“\_ Acha que as feridas da guerra sararam definitivamente? Guerra onde, aliás, participou...”

\_ Completamente! Outros países que foram potências colonizadoras têm dificuldade em entender isto. Quando explico a Chefes de Estado ou membros do governo que as nossas relações com Angola, Moçambique, Cabo Verde, São Tomé e Timor Leste são excelentes e que os traumas do tempo da guerra estão totalmente ultrapassados, eles têm dificuldade em entender. Isto mostra que a nossa colonização foi diferente. Levamos tempo a reconhecer o direito à autodeterminação. Mas o Português sempre teve capacidade de lidar com outros povos e outras culturas. Foi diferente, por exemplo, do que se passou com a colonização inglesa” (LINO, 2020, p. 122-124).

Tantas pequenas caixas abertas nessa fala de Lino. A começar pela versão abrandada da história que é contada nos livros escolares portugueses, o que se pode perceber também nos livros direcionados às escolas brasileiras. Há apenas uma versão e apenas um dos lados tem voz nessa fala, voz essa que não é a dos escravizados. O que é ensinado realmente tem uma habilidade de distanciar o aprendiz-ouvinte daquilo que aconteceu de verdade. Por isso os jovens cabo-verdianos que Salústio narra se esqueceram: eles não viveram o que ouviram dos mais velhos; eles ouviram outra versão da história, aquela dos livros didáticos; eles preferiram evitar as histórias de dor e ficar com as histórias abrandadas. Paul Ricoeur, fazendo um diálogo-interpretação com o texto de Maurice Halbwachs sobre *Memória Coletiva*, afirma:

O autor (Maurice Halbwachs) se recoloca na situação de aluno aprendiz da história. Essa situação escolar é típica. Em primeiro lugar, a história é aprendida pela memorização de datas, de fatos, de nomenclaturas, de acontecimentos marcantes, de personagens importantes, de festas a celebrar. É, essencialmente, uma narrativa ensinada, cujo quadro de referência é a nação. Nesse estágio de descoberta, ela própria lembrada posteriormente, a história é percebida, principalmente pelo aluno, como “exterior” e morta. A marca negativa depositada nos fatos evocados consiste em que a criança não pôde testemunhá-los. É o reinado do ouvir-dizer e da leitura didática. O sentimento de exterioridade se encontra reforçado pelo enquadramento calendárico dos acontecimentos ensinados: aprende-se, nessa idade, a ler o calendário, como se aprendeu a ver as horas. (RICOEUR, 2007, p. 404-405)

O aluno cabo-verdiano, português e brasileiro ouviu primordialmente uma versão engessada da história do colonizador benevolente de que tratou Lino quando falou da “Cavaqueira”. Aprendeu história como se estivesse aprendendo as horas, algo pontual, físico, exato. Como se não houvesse nuances, versões, deslizes. A versão maquiada é muito mais aprazível de ser internalizada, pois ninguém quer ter sangue nas mãos; ninguém quer ouvir atrocidades. A doutrinação desde a primeira infância pode ser definitiva para as percepções de mundo dessa criatura que está em formação. Por isso, há que se fazer uma boa contação de história. Há que se contar a verdade não honrosa dos fatos, mesmo que doa, que dispa a versão colonizadora da “bondade” da criação de novos povos por meio de sua segregação e extermínio. Cedendo à ironia: a colonização portuguesa “certamente”<sup>4</sup> foi melhor que muitas outras; do que a inglesa, por exemplo – eles até tentam explicar isso a outros governos, mas são tão incompreendidos, injustiçados, “uma pena!”<sup>5</sup> Para tratar dessa pauta da versão romanceada do colonizador, Patrícia Lino desmistifica o termo “Amnésia selectiva”:

A AMNÉSIA SELECTIVA é a amnésia de um conjunto de pessoas, tipicamente passada de uma geração para outra, ou ainda a amnésia partilhada por um grupo, família, grupo religioso, étnico, classe social ou nação.

João Afonso de Magalhães Valle e Souza definiu-a como “a amnésia ou o conjunto de memórias convenientemente esquecidas, mais ou menos conscientes, de uma experiência vivida ou mitificada por uma comunidade, cuja identidade é parte integrante do sentimento do passado.”

Usada, como conceito teórico, por pensadores e acadêmicos especializados no estudo do colonialismo português, a AMNÉSIA SELECTIVA explica, por exemplo, por que razão parte considerável do sistema educativo português aposta unicamente na versão nacionalista do colonizador. Aclara, além do mais, as contradições da celebração exclusivamente branca do 25 de abril de 1974.

Como usar a AMNÉSIA SELECTIVA

1. Aplique o conceito teórico de AMNÉSIA SELECTIVA sempre que for conveniente.

Para todos os pensadores e acadêmicos que não acreditam numa releitura inclusiva, autocrítica e mais completa da História de Portugal. (LINO, 2020, p. 174-175)

Patrícia Lino costura muito bem o que vem sendo falado, com suas teorias irônicas-verdadeiras-incômodas. O idealismo de alguns portugueses tristemente os cega para o que a

<sup>4</sup> Entre aspas, pois foi retirado do texto de Lino na última citação acima.

<sup>5</sup> Entre aspas, pois foi retirado do texto de Lino na última citação acima.

história tenta omitir, estejam eles conscientes ou não. Essa parte da maldade, extermínio, tortura, separação de mãe e filho, fome, tudo isso ficou num módulo reservado em suas mentes intitulado “alheamento conveniente”<sup>6</sup> – não sabem do que se trata, nada aconteceu de verdade ou, se aconteceu, não foi por culpa dele/a. No alheamento conveniente, as mãos ficam limpas, as frases já estão prontas para suas defesas e as consciências são sempre tranquilas, já que se escolhe realidades simuladas para seguir com suas vidas medíocres e insossas. Lino critica também os cidadãos e os críticos pensadores responsáveis pelas mudanças que poderiam ser feitas nos livros didáticos, por exemplo, ou nos métodos e conteúdo de ensino. Eles, que deveriam fazer parte do começo da mudança na percepção da história, são os que se absterem para viver no conformismo de seu egoísmo mundista. A celebração do 25 de abril é destinada ao ego do português que acredita ter sido a Revolução dos Cravos a mais importante de todas e o início do movimento anticolonialista, quando, na verdade, ainda não aconteceu essa ruptura colonial verdadeiramente. As ameaças veladas não estão no passado – *quem dera!*, afirma Dina Salústio. O colonialismo ainda permanece, porém com novas roupagens. As feridas não deixaram de sangrar, nem o racismo deixou de existir. A cor delimita territórios, fecha ou abre possibilidades, cala ou deixa livre a fala. Não se pode sentir a dor do outro; não se pode rememorar a história do outro, por mais próximo que esse “outro” seja, mesmo que seja um dos seus. Ouve-se a história que está disponível. Percebe-se a história que é ensinada. Internaliza-se a história que se quer. Mbembe afirma que

A raça é, mais uma vez, crucial para esse encadeamento. De fato, é sobretudo nesses casos que a seleção das raças, a proibição dos casamentos mistos, a esterilização forçada e até mesmo o extermínio dos povos vencidos foram testados pela primeira vez no mundo colonial. Aqui vemos a primeira síntese entre massacre e burocracia, essa encarnação da racionalidade ocidental. (MBEMBE, 2020, p; 31-32)

O que o autor ressalta é a racialidade das relações e o que ela desencadeia. Aquele “mosquito” de que falou Tavares, que precisa ser eliminado quando disturba a paz interior de outro, é o próprio povo escravizado que é eliminado quando está atrapalhando, tirando a “paz” dos senhores coloniais; são as mulheres que estão sendo mutiladas; são as relações interracialis que são proibidas para não “despurificar” a raça branca. A “harmonia começa na crueldade”, afirma Tavares (2012, p. 18). Mbembe afirma que essas práticas foram testadas no período

---

<sup>6</sup> Termo meu, desenvolvido e pensado ao longo da escrita desse texto.

colonial e, a partir de então, após o belo êxito de inibição e contenção dos considerados “mosquitos” pela raça que se considerava superior, tais práticas não sumiram, mas se aperfeiçoaram ao longo dos séculos. Salústio delata essas práticas ainda vigentes, sem perspectiva de desaparecerem, reforçando a assertiva de que as coisas não estão no passado, mas muito presentes:

No mundo e no nosso continente há práticas abomináveis com contornos de escravidão contra a pessoa e a humanidade; há fome, há crianças e jovens, mulheres e homens escravizados e enviados para guerras; há violação de meninas e meninos; continuam as práticas violentas como a mutilação genital feminina consentida no próprio seio familiar. Quem defende esta prática abominável e a veste como se cultura fosse? Há jovens e adultos silenciados, sem famílias ou escolas, a viverem em lares violentos. Há países silenciados. Ao nosso lado, paredes meias, há um choro que persiste. (SALÚSTIO, 2018, p. 114)

A escritora observa o mundo ao redor e o sente em suas entranhas. Ela sabe das dores das mulheres de seu país; ela as escuta, ouve suas histórias, suas angústias – ela escuta primordialmente as mulheres, pois aos homens foi dada a possibilidade da busca além-mar. Salústio é consciente do mundo em que vive e sabe que a história não está restrita ao passado. Sabe sobre a história que é dela e dos seus conterrâneos; das vítimas que “são nossas e somos nós”, ela diz. Ela denuncia através dos seus textos práticas culturais de violência consentida e de silenciamentos guardados. Diante da dor do outro, o parâmetro de percepção muda, como afirma Sontag: ela dá o exemplo de que em alguns povos brancos, ao observarem em fotos cenas de populações africanas exterminadas e populações brancas exterminadas, a reação foi diferente – “sem dúvida um traço racista” (SONTAG, 2003, p. 94), já que a dor, para quem se afirma de uma raça superior, apenas será sentida se o corpo ferido for igual ao seu, pois “é intolerável ter o próprio sentimento equiparado ao de outra pessoa” (SONTAG, 2003, p. 94). Então Dina Salústio reforça que é preciso ter atitude parecida. Ao menos nesse ponto, é interessante aprender do colonizador, valorizar o que é seu, seu povo, sua língua, sua cultura. Obviamente há alegrias a serem compartilhadas e espalhadas pelos povos africanos, caboverdianos aqui em questão, mas sem deixar de lado os temas obscuros e impronunciáveis, como afirma Salústio:

Porque se dizemos que o mundo é nosso, então as alegrias e as conquistas são nossas. E são muitas, e são imensas. Mas as catástrofes e a ignomínia são igualmente nossas. E os destroços também.

Ainda bem – pensei – que graças à boa governação que sempre norteou este país – os dramas das secas e das fomes estão controlados. Ainda bem que há novas e mais humanas fontes de inspiração criativa.

Continuamos, aqui nas ilhas, apesar de tudo, com fragilidades que preocupam: a pobreza e o desemprego, por exemplo. São dramas também de hoje e, mesmo que a dimensão não seja a nível social catastrófica como foi há uns quarenta anos, não estamos imunes nem protegidos naturalmente contra eles. E solidarizamos com os desfavorecidos, porque são nossos. Porque somos nós. (SALÚSTIO, 2018, p. 115)

Salústio, com sua sabedoria passada por gerações dentro da sua família, por sua escuta atenta aos mais velhos e aos mais jovens, por sua perspicácia ao observar o que se passa ao seu redor, não admite ficar em silêncio, sem interpretar e tentar compreender os fatos do mundo. Com uma docilidade intensa e compreensível das limitações dos outros e das suas também, Dina Salústio compõe seus textos com elementos claros e diretos. Ela compreende que, para os jovens de hoje, o passado talvez esteja deveras distante, mas, no seu papel de contadora de histórias, ela sabe que é sua função encontrar o meio e o formato através dos quais a história será narrada. Assim, a escritora contribui para ativar a memória coletiva de seu povo que, de acordo com Maurice Halbwachs, diferencia-se da história em alguns aspectos:

A memória coletiva se distingue da história sob pelo menos dois aspectos. Ela é uma corrente de pensamento contínuo, de uma continuidade que nada tem de superficial, pois não retém do passado senão o que ainda está vivo ou é capaz de viver na consciência do grupo que a mantém. Por definição, não ultrapassa os limites desse grupo. Quando um período deixa de interessar o período seguinte, não é um mesmo grupo que esquece uma parte de seu passado: na realidade, há dois grupos que se sucedem. A história divide a sequência dos séculos em períodos, como distribuimos a matéria de uma tragédia em muitos atos. Mas, ao passo que em uma peça, de um ato a outro, acontece a mesma ação e com os mesmos personagens, que permanecem até o desenlace do segundo suas individualidades, cujos sentimentos e paixões progredem num movimento ininterrupto, na história se tem a impressão de que tudo se renova de um período a outro – interesses em jogo, direção dos espíritos, modos de apreciação dos homens e dos acontecimentos, as tradições também, as perspectivas do futuro – e que se os mesmos grupos reaparecem, é porque subsistem as divisões exteriores, que resultam de lugares, dos nomes e também da natureza geral das sociedades. (HALBWACHS, 2003, p. 102)

O diálogo entre Halbwachs e Salústio faz-se muito bonito, em consonância: a memória coletiva de uma comunidade pode ser interpretada como uma água-viva, que se move, muda de

formato, porém sua constituição vai permanecer a mesma; as histórias serão aquelas passadas de geração para geração, permanecerão no seio daquele núcleo de pessoas. Independentemente do teor dessas memórias: sofridas, contemplativas, esperançosas, belas, cordiais, sangrentas. Elas se manterão contínuas, porém maleáveis. Já a história tende a moldar-se pelos interesses vigentes, os ânimos da comunidade a quem diz respeito tal história ou a quem não diz respeito, mas que importa o rumo que a história tomará. Patrícia Lino propôs-se tirar as vendas daqueles que ainda insistiam na inércia da história única por meio de uma literatura didática, ilustrativa e bem-humorada. A Dina Salústio caberá informar – como ela já faz há muitos anos, num labor constante e paciente, por meio de suas obras e crônicas em jornais – a aqueles que vagueiam pela desmemória, para que estes retomem a memória coletiva que, certamente, está dentro de cada um esperando o seu despertar.

## Referências

- HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. Tradução: Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2003.
- LINO, P. *O Kit de Sobrevivência do Descobridor Português no Mundo Anticolonial*. Juiz de Fora: Edições Macondo, 2020.
- MBEMBE, A. *Necropolítica*. Tradução: Renata Santini. São Paulo: N-1 Edições, 2020
- MORRISON, T. *A origem dos outros*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- RICOEUR, P. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução: Alain François. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.
- SALÚSTIO, D. *Filhos de Deus*. Praia: Biblioteca Nacional de Cabo Verde, 2018.
- SONTAG, S. *Diante da dor dos outros*. Tradução: Rubens Figueiredo. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- SOUSA, N. *Sangue Negro*. São Paulo: Editora Kapulana, 2016.
- TAVARES, G. M. *Breves notas sobre a ciência*. Lisboa: Editora Relógio D'Água, 2012

**Colonial dismemories: is the past behind us, or is it just a convenient detachment? An analysis of the story “Chronicle of Slavery Or...our grandparents were there. On one side and on the other”, by Dina Salústio.**

**Abstract:** This article aims to understand how the memories left by colonialism act on the characters in the short story “Chronicle of Slavery Or...our grandparents were there. On one side and on the other”, by Dina Salústio in a dialogue thought in line with the text by Patricia Lino in the format of Kit-Literature in “The Survival Kit of the Portuguese Discoverer in the Anticolonial World”. To build the dialogue, Susan Sontag, Achille Mbembe, Maurice Halbwachs, Paul Ricoeur and Toni Morrison lend part of their theories to try to understand how the anti-colonial world really overlaps colonialism, in practice. The irony of the Portuguese author to the insistent remnants of coloniality that she observes in part of the Portuguese is in line with the denunciation of the still current situation in which the ex-colonized Cape Verdean population lives and which Dina Salústio deals with in her text. A short insertion by Gonçalo M. Tavares with his entries, will help to think about what they were – and still are? – seen to colonized people.

**Keywords:** anticolonialism, collective memory, Cape Verdean colonization.

**Recebido em:** 30 de abril de 2021.

**Aceito em:** 07 de dezembro de 2021.